

XII Colóquio Técnico Científico de Saúde Única, Ciências Agrárias e Meio Ambiente

IMPACTOS DO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DO CÓRREGO DO FEIJÃO SOBRE UM SISTEMA DE PRODUÇÃO DE PEIXES EM POMPÉU -MG

Aléssia Cristiane Pereira Santos^{1*}, Matheus Anchieta Ramirez², Ana Clara Fernandes de Moraes³, Michel Souza Almeida³, Pedro Drummond Rodrigues⁴, Gustavo Nunes Ribeiro⁴, Isabela Lopes Samary³

¹Discente no curso de Medicina Veterinária - Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG - Belo Horizonte/MG - Brasil - *Contato: alessiacristiane@gmail.com

²Docente no Departamento de Zootecnia - Escola de Veterinária- UFMG- Belo Horizonte/MG - Brasil

³Discente no curso de Aquacultura - Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG - Belo Horizonte/MG - Brasil

⁴Discente no curso de Medicina Veterinária- Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG - Belo Horizonte/MG - Brasil

INTRODUÇÃO

Em 25 de janeiro de 2019, o Brasil testemunhou um dos mais impactantes desastres socioambientais de sua história. Na região de Brumadinho, no estado de Minas Gerais, barragens pertencentes à Vale S.A. se romperam, despejando aproximadamente 12 milhões de metros cúbicos de resíduos resultantes do processo de beneficiamento de minério de ferro. Esse catastrófico evento afetou um total de 26 municípios e causou a trágica perda de 272 vidas humanas. Para além da devastação humana inexprimível, o desastre também acarretou sérios danos econômicos, sociais e ambientais, cujas repercussões continuam a se fazer sentir até os dias atuais. A disseminação da lama tóxica por vários quilômetros resultou na morte da vida selvagem e vegetação, enquanto contaminou numerosos rios em seu caminho, afetando a atividade pesqueira, principal meio de subsistência de muitas famílias ribeirinhas.^{1,3,4} A denúncia criminal oferecida originalmente pelo Ministério Público estadual pleiteia a responsabilização penal de 16 pessoas físicas pelos crimes de lesão corporal e homicídio doloso e acusa 2 pessoas jurídicas por crimes ambientais. Porém, questões processuais relacionadas à competência para tramite da ação, têm retardado o desenrolar do processo.² Contudo, para além das vítimas imediatas deste crime ambiental - aqueles que perderam suas vidas, entes queridos e propriedades - existe uma população numericamente maior, cuja situação é frequentemente negligenciada diante do pleito dos segmentos diretamente afetados. De maneira geral, as comunidades rurais sofrem as principais consequências deste desastre na forma de contaminação do solo e recursos hídricos, o que torna inviáveis suas atividades agrícolas, pecuárias e pesqueiras, prejudicando profundamente o modo de vida e os meios de subsistência dessas famílias.⁸ Essas comunidades não recebem o devido apoio por parte das entidades públicas, nem são contempladas por ações de reparação pelos danos que enfrentam. Diante do exposto, o propósito deste estudo é analisar as repercussões do incidente da Vale em Brumadinho, mais especificamente os impactos do rompimento da barragem do Córrego do Feijão sobre o projeto de produção de peixes no Assentamento de Reforma Agrária 26 de Outubro localizado em Pompéu, Minas Gerais.

RELATO DE CASO E DISCUSSÃO

Após o rompimento da barragem da Vale em Brumadinho houve intensa comoção social no que tange às dimensões sociais e ambientais do desastre. Nesse sentido, foi implementada resposta imediata para monitorar a qualidade da água nos corpos d'água afetados, bem como para avaliar a situação das comunidades diretamente impactadas. Essas comunidades são identificadas como aquelas situadas a uma distância de até 3 km das áreas de inundação desses cursos d'água, ou aquelas cujas formas de vida e meios de subsistência foram afetados pelas consequências deste crime ambiental.

Assim, as comunidades que não se enquadram neste perfil não são consideradas para fins de reparação. Isso é evidenciado no caso da comunidade do Assentamento de Reforma Agrária 26 de Outubro, situada no município de Pompéu (MG), a uma distância superior a 10 km do rio Paraopeba, e, em razão disso, não categorizada como afetada pelo desastre ambiental.

Em 2013 um grupo de produtores iniciou um sistema de produção de peixes em tanques-rede em um açude localizado inteiramente dentro do projeto de assentamento e em condições propícias para prática da atividade aquícola. Desenvolvido com base em saberes tradicionais, esse sistema incorpora métodos alternativos de alimentação dos peixes e ciclos de produção mais prolongados, o que o caracteriza como um sistema de produtividade relativamente baixa. No entanto, essa limitação é superada pela comercialização direta dos peixes aos consumidores

finais, o que faz com que esses produtos artesanais alcancem preços superiores aos convencionalmente praticados pelo mercado.

Através da participação em feiras e da venda direta aos consumidores que visitam o assentamento, este empreendimento de produção de peixes passou a atender um nicho de mercado particular, satisfazendo aqueles consumidores que valorizam a produção local de peixes devido aos seus aspectos éticos e sociais. Estes consumidores, vêm na alimentação alternativa uma forma de ruptura com a lógica da utilização de insumos industrializados, rememorando as práticas tradicionais quando os peixes eram apanhados nos cursos naturais.

Nesse sentido, surgiu uma considerável demanda no mercado para que esses produtores de tilápia (*Oreochromis niloticus*) ampliassem sua produção, incorporando espécies nativas, como o piauí (*Leporinus friderici*) e a curimba (*Prochilodus lineatus*). Embora esse sistema não apresentasse vantagens econômicas expressivas, conquistava a fidelidade dos consumidores e expandia os mercados e as redes de atuação.

A partir disso, a produção na comunidade experimentou um aumento constante de rentabilidade, até que o cenário mudou com o rompimento das barragens da Vale S.A. em Brumadinho, MG, gerando preocupações na região quanto ao risco de contaminação dos peixes.

Após o desastre ambiental, foi implementado o monitoramento da qualidade da água e dos peixes nos rios afetados como medida imediata. No entanto, a falta de transparência na condução desse monitoramento permitiu a circulação de notícias alarmantes na região. Essas notícias mencionavam a possível contaminação dos peixes por metais pesados, o que levou a uma queda na demanda pelo produto na área do lago de Três Marias, que engloba o município de Pompéu, MG.

Os impactos dessa situação foram particularmente sentidos pelos produtores envolvidos no projeto de produção de peixes no Assentamento 26 de Outubro. Esses produtores, que anteriormente mantinham uma clientela local através de cadeias de suprimento mais curtas, passaram a enfrentar dificuldades para comercializar sua produção. Isso se deve, em parte, à natureza exigente do perfil de consumidores que buscavam seus produtos, valorizando-os por sua percepção de alta qualidade e alinhamento com princípios éticos. Portanto, os argumentos de que o sistema de produção estava localizado a uma distância superior a 10 km das áreas afetadas e que o açude não apresentava contaminação por resíduos do desastre ambiental não foram suficientes para convencer os consumidores da segurança dos peixes produzidos.

A comunidade, embora não oficialmente reconhecida como afetada pelo desastre, enfrentou insustentabilidade em sua atividade produtiva devido a critérios de distância e à falta de mudanças substanciais em seu modo de vida e produção. Como resultado, os impactos econômicos foram negligenciados, uma vez que eram medidos apenas por parâmetros formais que excluíam a agricultura familiar que operava no mercado informal. Este sistema de produção, com capacidade para gerar duas toneladas de peixes por ano e que contribuía para a segurança alimentar no mercado local, tornou-se inviável.

É importante reforçar que parte desse impacto decorre diretamente da falta de transparência nos resultados do monitoramento da qualidade da água e dos peixes nos cursos de água afetados. Essa falta de transparência foi motivada pela intenção de não expor os grandes sistemas de produção de peixes do Lago de Três Marias, que não foram afetados devido ao envio dos pescados para embalagem e distribuição em regiões distantes. Essa ausência de informações permitiu a propagação de notícias alarmantes na região, afetando o mercado local e os produtores que atuavam nele.

Esse cenário ilustra a incapacidade das medidas de reparação em mitigar os impactos desencadeados por esse crime ambiental, especialmente

XII Colóquio Técnico Científico de Saúde Única, Ciências Agrárias e Meio Ambiente

quando se considera a Agricultura Familiar. Esse setor é socialmente marginalizado no meio rural e, nesse processo, permanece invisível, sofrendo os impactos negativos sem qualquer forma de compensação.

APOIO:

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O rompimento da barragem da Vale em Brumadinho não apenas desencadeou uma comoção social intensa, mas também evidenciou a fragilidade das medidas de reparação, especialmente no que diz respeito às classes inviabilizadas.

A falta de transparência nos resultados do monitoramento da qualidade da água e dos peixes nos cursos d'água afetados, motivada pela preocupação em proteger os grandes sistemas de produção de peixes do Lago de Três Marias, teve repercussões devastadoras sobre a atividade pesqueira do assentamento. A propagação de notícias alarmantes na região impactou negativamente o mercado local, prejudicando os agricultores familiares.

Esse cenário evidencia a incapacidade das atuais medidas de reparação em abordar adequadamente os impactos sociais e econômicos desencadeados por crimes ambientais, especialmente quando se trata de setores socialmente marginalizados, como esses pequenos produtores. É imperativo repensar e aprimorar os mecanismos de compensação, garantindo transparência, justiça e inclusão para que as demandas dessas comunidades sejam reconhecidas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. POLIGNANO, M. V.; LEMOS, R. S. **Rompimento da barragem da Vale em Brumadinho: impactos socioambientais na Bacia do Rio Paraopeba**. Ciência e Cultura, v. 72, n. 2, p. 37–43, 1 abr. 2020.
2. DA RÓS, Lázaro Bertolini. **Caso Brumadinho e a responsabilidade penal da pessoa jurídica**. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2023-fev-07/lazaro-ros-brumadinho-responsabilidade-penal#:~:text=Em%20janeiro%20de%202019%2C%20uma>>. Acesso em: 31 out. 2023.
3. GREENPEACE. **O crime da Vale em Brumadinho**. Disponível em: <<https://www.greenpeace.org/brasil/o-crime-da-vale-em-brumadinho/>>. Acesso em 31 out. 2023.
4. COSTA, A. et al. **Avaliação dos danos ambientais provocados pelo desastre tecnológico da mineradora Vale S.A. no vale do rio Paraopeba**. Disponível em: <<https://www.revista.ueg.br/index.php/sapiencia/article/view/9414/7094>>. Acesso em: 31 out. 2023.
5. ANDRADE, Livia Maria Comini. **Até onde vai a Lama? Impactos do rompimento da Barragem Córrego Do Feijão e da Pandemia Covid-19 Na Cadeia Produtiva de Minhocçu (Rhinodrilus Alatus) E Outras Iscas, em Minas Gerais**. 80 páginas. Dissertação, mestrado. Conservação e Manejo da Vida Silvestre-UFMG, Belo Horizonte, 2021.
6. ANDIFES. **UFLA analisa impactos à população de peixes da Bacia do Rio Doce após rompimento da Barragem do Fundão** – Andifes. Disponível em: <<https://www.andifes.org.br/?p=97413>>. Acesso em: 31 out. 2023.
7. ANM. **Relatório anual de segurança de barragens de mineração 2019**. Brasília: 2019.
8. Lemos, R. S. **Perspectivas ambientais e ecológicas do rompimento da barragem do Córrego do Feijão**. Disponível em: <<http://www.gabientedecrise.org.br>>. Acesso em: 31 de out. de 2023.

